

Discurso de Ódio no Ambiente Digital: microagressões contra a candidata Duda Salabert à prefeitura de Belo Horizonte¹

Isabella Mudesto Dias COSTA²

Jules Strogoff de Castro MATOS³

Luiz Ademir de OLIVEIRA (UFSJ E UFJF)⁴

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora – MG

RESUMO: Este artigo analisa manifestações de discurso de ódio direcionadas a Duda Salabert (PDT) durante sua campanha à Prefeitura de Belo Horizonte em 2024. Foram identificados 66 comentários ofensivos na seção do YouTube após o debate da TV Band, em 8 de agosto. A partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e do conceito de microagressões (Pierce, 1969; 1970, apud Silva, 2020), o estudo revelou expressões recorrentes de transfobia, misoginia e deslegitimação política. Os resultados evidenciam a articulação entre violência de gênero e identidade no ambiente digital, mesmo em um cenário em que as mulheres são maioria no eleitorado (52,7%), mas ocupam apenas 15,5% das prefeituras brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Política; Mulher; Discurso de Ódio; Transfobia

INTRODUÇÃO

Em 2024, o cenário político e eleitoral segue atravessado por discursos de ódio nas plataformas digitais, especialmente contra candidatas mulheres, refletindo a intolerância e a resistência à diversidade na esfera pública. Termos como “traveco”, “bicho” e “homem vestido de mulher” são utilizados para deslegitimar a identidade de Duda Salabert, negando sua existência e reforçando narrativas transfóbicas. Expressões como “pilantra” buscam ridicularizar e desqualificar sua trajetória política, enquanto

¹ Trabalho apresentado no GP10- Comunicação, Alteridade e Diversidade, do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda e Mestre em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) e Graduada em Comunicação Social– Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: dias.isabella@estudante.ufjf.br.

³ Mestrando em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) e Graduada em Comunicação Social– Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: julesstrogoffufjf@gmail.com

⁴ Bolsista de Produtividade CNPq - Nível 2, mestre e doutor em Ciência Política pelo IUPERJ, mestre em Comunicação Social pela UFMG, docente e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social (PPGCOM) da UFJF e do Curso de Comunicação Social - Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Letras (PROMEL) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: luizoli@ufs.edu.br.

palavras como “feia”, “vergonha” desviam o debate para ataques pessoais, em vez de discutir propostas e ideias. Essas manifestações evidenciam como a violência simbólica opera na desumanização de candidatas que desafiam normas de gênero, utilizando o ambiente digital como espaço para a disseminação de discursos excludentes e discriminatórios. Essa sensação de hostilidade se reflete nos resultados eleitorais. Nas eleições municipais de 2024, embora tenha havido um leve crescimento na presença feminina, a paridade de gênero continua distante. As mulheres representam 52,7% do eleitorado, mas apenas 15,5% das prefeituras foram conquistadas por prefeitas, com um aumento de 8,6% em relação ao pleito anterior. No legislativo municipal, as vereadoras eleitas corresponderam a 18,24% do total, um crescimento de 13% em comparação com 2020. No entanto, a representatividade feminina permanece limitada, especialmente nas capitais, onde nenhuma mulher foi eleita prefeita no primeiro turno, e poucas avançaram para o segundo. Além disso, a maioria das prefeitas eleitas em 2024 está vinculada a partidos de direita ou centro, como o MDB, PSD e PP, indicando que não houve avanços significativos em pautas feministas e identitárias, refletindo a persistência de um cenário conservador.

Esses dados refletem um cenário político ainda marcado pelo androcentrismo, conforme apontam Biroli e Miguel (2014) e Bourdieu (2002). A sub-representação feminina na política é resultado de estereótipos de gênero, discriminação e desigualdades estruturais que limitam a participação de mulheres nos espaços de poder. Apesar de alguns avanços, a polarização política e os ataques virtuais reforçam um ambiente de exclusão e violência simbólica, sobretudo contra candidatas que desafiam normas de gênero.

Diante desse contexto, este artigo investiga o discurso de ódio direcionado à candidata Duda Salabert (PDT) durante sua campanha para a Prefeitura de Belo Horizonte em 2024. A pesquisa analisa 66 ofensas coletadas na seção de comentários do YouTube durante o debate da TV Band, transmitido em 8 de agosto de 2024. Utilizando a Análise de Conteúdo e o conceito de microagressões (Pierce, 1969; 1970, apud Silva, 2020), o estudo discute como a discriminação se manifesta no ambiente digital. Os ataques analisados mostram um padrão que atravessa marcadores sociais como identidade de gênero, aparência e moralidade, demonstrando que o discurso de ódio não apenas desqualifica a candidatura, mas também reforça a marginalização de mulheres trans na política.

2. Plataformas digitais, microagressões e disputas por representação na esfera pública

As plataformas digitais têm desempenhado um papel central na reconfiguração da esfera pública contemporânea, ao mesmo tempo em que reproduzem lógicas de dominação historicamente constituídas. Desde seu desenvolvimento, as tecnologias digitais não operam de forma neutra, mas carregam os valores, interesses e desigualdades do contexto social que as produz, resultando em sistemas enviesados que intensificam práticas discriminatórias (Haraway, 2019; Morozov, 2017; Zuboff, 2020; Silva, 2020a). Como aponta Silva (2020a), os processos de treinamento e programação desses sistemas incorporam vieses que tendem a reforçar práticas discriminatórias, manifestando-se em diferentes esferas da vida social por meio de violências tanto materiais quanto simbólicas. Reconhecer tais violências, atribuindo-lhes nome e visibilidade, é um passo fundamental para a reivindicação de justiça e transformação social (Lorde, 2019).

Para compreender como discursos de ódio se intensificam nas redes sociais, especialmente contra mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e outros grupos minorizados, é necessário revisitar o debate sobre a esfera pública e sua reconfiguração no ambiente digital. Habermas (1984) concebe a esfera pública como espaço de deliberação racional e participação democrática, ainda que reconheça limitações impostas por desigualdades estruturais e interesses privados. Críticas posteriores, como as de Fraser (2019), destacam a presença de assimetrias na participação política e a existência de múltiplas esferas públicas, muitas vezes contra-hegemônicas, nas quais pautas tradicionalmente privadas, como a violência de gênero, assumem centralidade. Aboim (2012) reforça que a dicotomia público/privado foi profundamente alterada nas sociedades contemporâneas, com impactos sobre a ordem de gênero e os modos de atuação política. Nessa perspectiva, as redes sociais operam simultaneamente como espaços de reprodução de opressões e como arenas de visibilidade e disputa simbólica. Assim, repensar a esfera pública à luz dessas transformações é fundamental para analisar a violência política de gênero nos ambientes digitais.

Apesar de os ambientes digitais frequentemente funcionarem como vetores de reprodução dessas violências, eles também possibilitam a articulação de estratégias de enfrentamento e resistência. Haraway (2019) destaca que esses meios, ao ampliarem a

esfera pública, abrem espaço para que mulheres expressem suas pautas e desafiem a ordem patriarcal dominante. Nesse sentido, a literacia midiática emerge como instrumento fundamental para a construção de novas formas de sociabilidade e agência política. A esse respeito, a teoria da ação comunicativa desenvolvida por Habermas (1997) é relevante para compreender a disputa pelo sentido no debate público, influenciado pela mediação tecnológica e pelas estruturas sistêmicas. Oliveira e Fernandes (2017) propõem a noção de internet como espaço híbrido, onde o mundo sistêmico e o mundo da vida se interpenetram, criando condições para a circulação de discursos que tanto reproduzem quanto tensionam desigualdades sociais. Assim, analisar as microagressões no contexto das plataformas digitais revela não apenas a persistência das violências estruturais, mas também os embates simbólicos que moldam a presença de mulheres na política contemporânea.

3. A Mulher na Sociabilidade e na Construção de Identidade

A ideia de que certos espaços “não são lugar de mulher” ainda persiste nas estruturas sociais contemporâneas, mesmo diante de significativos avanços nas lutas pela equidade de gênero. Historicamente, a construção social dos papéis de gênero relegou as mulheres à esfera privada, enquanto os homens ocuparam os espaços públicos de poder e decisão. Essa divisão simbólica estabeleceu uma posição de subalternidade para as mulheres, restringindo seu acesso a esferas de visibilidade e liderança, como o campo político. Embora o discurso patriarcal tenha sido formalmente desafiado nas últimas décadas, suas marcas ainda são visíveis no cotidiano por meio de estigmas, microagressões e desigualdades simbólicas.

Simone de Beauvoir, em sua obra fundamental *O Segundo Sexo* (1949), já apontava que o lugar social da mulher não é determinado pela biologia, mas pelas imposições culturais que a constituem como “o outro” — uma alteridade subordinada ao masculino. Para Beauvoir, a marginalização das mulheres está intimamente relacionada à maneira como a sociedade organiza as relações de poder e visibilidade, construindo identidades femininas que devem se manter afastadas da esfera pública e da tomada de decisões.

Essa análise é complementada por Ana Colling (2004), que reforça a necessidade de entender o gênero como uma construção social e histórica, em vez de uma consequência natural do sexo biológico. O modo como as mulheres são

socializadas para se comportar, ocupar determinados espaços e responder a expectativas sociais molda suas identidades de maneira contínua. Nesse processo, as instituições sociais — como a família, a escola e os meios de comunicação — funcionam como reprodutoras das normas que orientam e limitam as experiências femininas.

Erving Goffman (1988), ao explorar o conceito de estigma, revela como as mulheres carregam marcas simbólicas que atuam como mecanismos de inferiorização. Esses estigmas não apenas influenciam a percepção que os outros têm das mulheres, mas também moldam sua autoimagem, criando barreiras subjetivas e objetivas que dificultam sua plena participação na sociedade.

Ademais, a socialização desde a infância reforça essas limitações: meninas são orientadas, desde os primeiros anos de vida, a adotar comportamentos considerados apropriados à feminilidade hegemônica, sendo desencorajadas a ocupar espaços de liderança ou confronto. Esse processo de socialização normativa naturaliza as desigualdades e leva muitas mulheres a interiorizarem essas fronteiras simbólicas, tornando mais difícil a superação dos padrões impostos.

Neste contexto, a perspectiva interseccional proposta por autoras como Lélia Gonzalez é essencial para aprofundar a compreensão das opressões de gênero. Em seu trabalho *Por um feminismo afro-latino-americano*, Gonzalez destaca como a experiência das mulheres negras é marcada por múltiplas camadas de desigualdade, que se entrelaçam com questões de raça, classe e origem geográfica. A autora afirma que, para muitas mulheres, o enfrentamento das desigualdades vai além da dimensão de gênero, envolvendo também a luta contra estruturas racistas e socioeconômicas que exacerbam a exclusão.

Compreender a identidade feminina como uma construção social, atravessada por múltiplas opressões, é fundamental para questionar as estruturas que sustentam a desigualdade de gênero. Fomentar essa reflexão crítica é o primeiro passo para desnaturalizar as normas que limitam a atuação das mulheres, contribuindo, assim, para a criação de uma sociedade na qual elas possam exercer plenamente sua cidadania e protagonismo em diferentes esferas.

4. Análise de conteúdo: o discurso de ódio nos comentários do YouTube sobre a candidata Duda Salabert (PDT) na eleição de 2024

4.1 Metodologia e Corpus de Análise

Este artigo examina as manifestações de discurso de ódio direcionadas à candidata Duda Salabert (PDT) durante sua campanha à Prefeitura de Belo Horizonte em 2024. A análise foca especificamente nas interações geradas a partir do debate transmitido pela TV Band em 8 de agosto de 2024, identificando 66 comentários ofensivos na seção de comentários do YouTube. A escolha de Duda Salabert como objeto de estudo se deve a vários fatores: (a) sua posição como uma mulher trans na política, o que a coloca em um cenário de vulnerabilidade e discriminação no ambiente eleitoral; (b) sua atuação política no contexto de uma cidade de grande porte, como Belo Horizonte, e (c) a relevância de sua candidatura em um cenário polarizado, com discursos de ódio sendo frequentemente direcionados às minorias e mulheres em posições de poder.

A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011), aplicada aos 66 comentários coletados na plataforma digital. Os comentários foram analisados por meio de uma leitura flutuante, permitindo a identificação das expressões de transfobia, misoginia e outras formas de discriminação velada. A análise também foi baseada no conceito de microagressões (Pierce, 1969; 1970, apud Silva, 2020), para entender como essas hostilidades se manifestam de maneira sutil e reforçam as desigualdades estruturais presentes no discurso de ódio. O estudo buscou identificar padrões recorrentes nas manifestações de violência simbólica, relacionadas a categorias como gênero, identidade, aparência e política.

A categorização dos comentários seguiu os marcadores sociais das microagressões identificadas, com ênfase em aspectos como transfobia, misoginia, e deslegitimação política, refletindo desigualdades pré-existentes e revelando como o discurso de ódio permeia o ambiente digital, dificultando o avanço de mulheres e minorias na política. Esses marcadores foram analisados para entender as dinâmicas de opressão e como as discriminações se entrelaçam no contexto social e político da candidatura de Duda Salabert.

Quadro I – Categorias de Análise

Categoria de análise	Descrição
Microagressões do discurso de ódio	Verificar se os comentários praticados podem estar enraizadas em desigualdades pré-existentes, como sexismo – LGBTfobia –

	etarismo – religiosidade – aparência – estrato social.
--	--

Fonte: elaboração própria, 2025.

Esses comentários frequentemente se expressam por meio de microagressões, que são formas sutis e cotidianas de discriminação (Pierce, 1969; 1970, apud Silva, 2020). No caso de Duda Salabert, essas microagressões foram identificadas em comentários relacionados a marcadores sociais como gênero, orientação sexual, aparência e afiliação política, reforçando estereótipos e desigualdades pré-existentes.

Além disso, a plataforma (Van Dijck, 2018) das redes sociais foi considerada um fator importante, pois ela amplia a visibilidade e o impacto dessas práticas, criando dinâmicas de amplificação de discursos de ódio. As redes sociais, ao permitir uma participação pública mais ampla, também funcionam como veículos para a propagação de violência simbólica e preconceito, exacerbando o efeito do discurso de ódio em ambientes digitais.

4.2 Análise de Conteúdo

A partir da análise dos 66 comentários ofensivos coletados na plataforma do YouTube, foi possível identificar diferentes manifestações de microagressões dirigidas à candidata Duda Salabert. Essas manifestações foram sistematizadas em categorias com base nos marcadores sociais presentes nos enunciados analisados, considerando os princípios da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011) e do conceito de microagressões (Pierce, 1969; 1970, apud Silva, 2020).

A tabela a seguir sintetiza as categorias identificadas, acompanhadas de exemplos representativos e da respectiva incidência percentual no total de comentários analisados:

Categoria	Exemplos de comentário	Descrição	Ocorrências
Inferiorização/Desumanização	“Lixo”, “Bicho” “Vergonha” “Pilantra” “Só fala besteira.” “Cada dia mais decadente.” “Um projeto de gente.”	Expressões que reduzem a candidata à condição de algo indigno, imoral ou não humano.	34
Transfobia	“Traveco”, “Homem	Comentários que deslegitimam a identidade	29

	vestido de mulher” "Nunca vai ser mulher." "Continua sendo homem."	de gênero da candidata, reforçando narrativas transfóbicas.	
Misoginia	“Feia”	Comentário que reforça estereótipos e juízos de valor sobre a aparência feminina como critério de legitimidade.	1
Etarismo	“Velha”, “menina”	Comentários que infantilizam ou desqualificam a candidata com base na idade ou em estereótipos de gênero.	2

Fonte: elaboração própria, 2025.

A análise das ocorrências permite perceber que, embora existam diferentes formas de agressão, algumas categorias se destacam pela frequência e pelo impacto das expressões utilizadas. A predominância de comentários relacionados à inferiorização e desumanização, por exemplo, revela um esforço para deslegitimar a candidatura de Duda Salabert, associando-a a qualificações desumanas e imorais. Essas expressões têm um efeito degradante, tratando a candidata não apenas como uma adversária política, mas como algo indigno de respeito.

A incidência significativa de comentários transfóbicos também demonstra como a identidade de gênero de Duda Salabert é um alvo de ataque constante. Ao utilizar termos como "traveco" ou "homem vestido de mulher", os comentários visam desqualificar a legitimidade de sua identidade de gênero, reforçando estigmas que ainda persistem na sociedade. Isso aponta para a necessidade urgente de uma reflexão sobre as dinâmicas de gênero, especialmente em espaços políticos, onde a inclusão de pessoas trans é constantemente desafiada. A transfobia, portanto, emerge não apenas como uma forma de agressão verbal, mas como um reflexo de uma estrutura social que resiste à aceitação plena das identidades de gênero não conformes.

Por outro lado, as manifestações de misoginia e etarismo, embora menos frequentes, também indicam uma forma de resistência em aceitar a pluralidade das mulheres e suas trajetórias. A palavra "feia", embora isolada em termos de ocorrência, carrega um peso significativo, reforçando a ideia de que a aparência feminina deve ser um critério fundamental de legitimação e aceitação social. Além disso, o uso de termos como "velha" ou "menina" evidencia como a idade e a feminilidade podem ser utilizadas de forma discriminatória, reforçando estereótipos limitantes sobre o papel das

mulheres em espaços públicos e políticos. Esses comentários revelam não apenas a falta de respeito pela diversidade, mas também a persistência de padrões rígidos sobre o que é considerado aceitável ou digno de protagonismo na política.

5. Considerações Finais

No Brasil, a participação política das mulheres está profundamente ligada a percepções sociais que refletem dinâmicas históricas de opressão. Embora as mulheres tenham alcançado avanços, ainda enfrentam desafios para obter uma representação equitativa no poder. A literatura revisada, focada na desigualdade de gênero, revela como as estruturas sociais e políticas continuam a marginalizar as mulheres, tanto na esfera pública quanto privada (Bourdieu, 2002; Beauvoir, 1980).

As plataformas digitais, embora inicialmente vistas como espaços de debate democrático, frequentemente se tornam locais de disseminação de discursos de ódio e intolerância, dificultando a participação política plena das mulheres. Ao analisar a campanha de Duda Salabert (PDT) em 2024, percebe-se que o discurso de ódio não se manifesta apenas por ataques diretos, mas também por microagressões sutis, que perpetuam desigualdades e deslegitimam candidaturas femininas. Esses ataques, frequentemente baseados em estereótipos de gênero, classe, religião e aparência, criam um ambiente onde a mulher precisa constantemente provar sua competência para ser ouvida.

Portanto, a análise das microagressões e do discurso de ódio nas plataformas digitais revela a necessidade urgente de compreender como essas dinâmicas afetam a participação política feminina. Combater essas formas de violência simbólica é crucial para criar uma esfera pública mais inclusiva e democrática, onde todas as vozes, especialmente as femininas, sejam respeitadas e valorizadas.

REFERÊNCIAS

ABOIM, Sofia. Do público e privado: uma perspectiva de gênero sobre uma perspectiva de gênero sobre uma dicotomia moderna dicotomia moderna. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n.1, p.95-117, janeiro-abril, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BEAUVOUR, Simone. **O segundo Sexo: Fatos e Mitos**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira. 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUCHER, Taina. **If... then: Algorithmic power and politics**. Oxford University Press, 2018.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FOUCAULT, Michel. 1987. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

HABERMAS, Jürgen. **A mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARAWAY, Donna. Ciborgues e simbioses: viver junto na nova ordem mundial. **Revista ClimaCom, Coexistências e Cocriações**, v.8, n.20, p.1-17, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOROZOV, Evgeny. Opposing the Exceptionalism of the Algorithm. In: VAN ES, Karin; SCHAEFER, Mirko Tobias (Ed.). **The datafied society: studying culture through data**. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2017.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism**. New York: NYU Press, 2018.

OLIVEIRA, Luiz Ademir; *et al.* Eleições municipais: estratégias da candidata Margarida Salomão à Prefeitura de Juiz de Fora. **Revista Estudos Políticos**, v. 13, n. 25, p. 141-168, 2022.

SILVA, Rafael; *et al.* Discurso de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira. **Revista Direito GV**, v. 7, n. 2, p. 445-467, 2011.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico em plataformas digitais: microagressões e discriminação em código**. In: SILVA, Tarcízio (Org.). **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos**. São Paulo: Editora LiteraRUA, 2020.

VAN DIJCK, José. **The Culture of Connectivity: A critical history of social media**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; WAAL, Martijn de. **The Platform Society: Public Values in a Connective World**. Oxford: Oxford University Press, 2018.